



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Sua Referência:

Nossa Referência: FP-076/2016

Data: 15/03/2016

Exmo. Senhor
Ministro da Educação
Av. 5 de Outubro, 107
1069-018 LISBOA

Assunto: Pedido de reunião para esclarecimento sobre o impacto do Orçamento do Estado na Educação e agendamento de processos negociais prioritários

Senhor Ministro,

A proposta de Orçamento do Estado para 2016, que o governo apresentou na Assembleia da República e foi globalmente aprovada, é vista com preocupação pelos professores. A FENPROF, como organização mais representativa dos docentes, não pode deixar de manifestar, junto de V.^a Ex.^a, não só essa preocupação, mas também surpresa. Por um lado, porque não se compreende como se investirá na Escola Pública, travando processos de desvalorização desencadeados pelo governo anterior, quando o OE prevê uma redução de 1,4%, correspondendo a cerca de 82 milhões de euros, tendo como referências a previsão do executado em 2015 e o orçamento aprovado para 2016; por outro, preocupa-nos o facto de, na despesa prevista para 2016 com recursos humanos no setor, se prever uma redução da ordem dos 300 milhões de euros, que faz crescer a suspeita da pretensão de reduzir ainda mais o número de trabalhadores, e/ou transferir salários para fontes externas de financiamento, e/ou transferir os próprios trabalhadores para outras tutelas.

Para a FENPROF, o cenário orçamental que se conhece não é animador e parece mesmo contrariar o sentido positivo de algumas medidas inicialmente aprovadas para o setor.

Esta questão, na opinião da FENPROF, justifica a realização de uma reunião com V.^a Ex.^a, no sentido de esclarecer o impacto deste OE para o setor e de compreender como será possível cumprir o programa de governo que aponta para o reforço das respostas educativas e formativas de qualidade, a defesa da Escola Pública e a estabilização e valorização dos seus profissionais.

Desta reunião, pretendemos ainda que saia o agendamento de alguns processos negociais prioritários, de entre os quais destacamos questões como: horários de trabalho dos professores e clarificação do conteúdo das suas componentes letiva e não letiva de estabelecimento (urgente, dada a sua implicação nas normas de organização do próximo ano letivo); medidas de combate à precariedade, uma das prioridades do programa do governo também para o setor da Educação; aprovação de normas excecionais para a aposentação dos

docentes, tendo em consideração o elevado desgaste a que, comprovadamente, estes se sujeitam; alterações ao regime de concursos de professores e educadores.

Por último, esta reunião deverá ser oportunidade para avaliar o grau de resolução de diversos problemas que têm sido apresentados a responsáveis do Ministério da Educação, nomeadamente na reunião do passado dia 1 de fevereiro, e de outros que a FENPROF propôs que fossem solucionados em sede de Orçamento do Estado.

A importância das questões que se colocam e a inquietação que se instala no setor devido ao conteúdo do OE para 2016 justificam a realização desta reunião em data tão próxima quanto possível.

Com os melhores cumprimentos

O Secretariado Nacional

Mário Nogueira
Secretário-Geral